

CAROLINA MARIA DE JESUS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUA TRAJETÓRIA

CAROLINA MARIA DE JESUS: GENDER VIOLENCE AND ITS TRAJECTORY

*Gabriela de Cássia Savério Rocha*¹

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a trajetória da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, contextualizando sua vida em relação à discussão sobre violência de gênero e a prática da escrita. Carolina, nascida em 14 de março de 1914, destacou-se por suas obras “Quarto de Despejo” e “Diário de Bitita”, que oferecem uma visão profunda das complexidades enfrentadas por mulheres negras e marginalizadas no Brasil do século XX. A análise do artigo destaca como as obras de Carolina Maria de Jesus se tornam um testemunho autêntico de sua experiência, tornando-se uma forma de escrita de si. A narrativa autobiográfica não apenas aborda as adversidades enfrentadas pela autora, mas também lança luz sobre as especificidades da violência de gênero em seu contexto social. Ao utilizar a escrita como meio de expressão, Carolina contribuiu para a ampliação do entendimento sobre as interseccionalidades entre raça, gênero e classe. O trabalho também explora a escrita, praticada por Carolina Maria de Jesus, como ferramenta transformadora que questiona as estruturas sociais que perpetuam essas violências.

Palavras-Chave: Violência, escrita, gênero, raça e interseccionalidade.

Abstract: This article proposes a reflection on the trajectory of Brazilian writer Carolina Maria de Jesus, contextualizing her life in relation to the discussion about gender violence and the practice of writing. Carolina, born on March 14, 1914, stood out for her works “Quarto de Despejo” and “Diário de Bitita”, which offer a deep insight into the complexities faced by black and marginalized women in 20th century Brazil. The analysis of the article highlights how Carolina Maria de Jesus’ works become an authentic testimony of her experience, becoming a form of self-writing. The autobiographical narrative not only addresses the adversities faced by the author, but also sheds light on the specificities of gender violence in her social context. By using writing as a means of expression, Carolina contributed to expanding the understanding of the interseccionalities between race, gender and class. The work also explores writing, practiced by Carolina Maria de Jesus, as a transformative tool that questions the social structures that perpetuate this violence.

Keywords: Violence, writing, gender, race and intersectionality.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Marília (PPGCS/UNESP). Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: gabriela.c.rocha@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8871-6449>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2023.v16.n2.p61-86>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

QUEM É CAROLINA?

Ao trabalhar com a escrita de Carolina que em boa parte se trata de uma escrita confessional, onde ela recria seu dia-a-dia e utiliza da literatura para poder moldar a realidade que ela não pode controlar, mas sim recriar através de sua caneta, se faz necessário traçar sua trajetória, em como sua escrita se desenvolveu de acordo com seus passos se tornando parte dela e de sua sobrevivência.

Sua escrita, se trata de *escrevivência*², que em concepção inicial, como aponta Evaristo (2020) que desenvolveu o conceito, o mesmo se realiza no ato da escrita das mulheres negras, como sendo uma ação que pretende desfazer a imagem do passado na qual o corpo e a voz das mulheres negras escravizadas tinham sua potência acorrentadas sob o controle dos escravocratas.

Morfologicamente, está na associação que se dá entre escrever e viver, ou seja escrever as vivências, recuperar os fatos vividos pela escrita. *Escrevivência*, está, portanto, profundamente associado com a vivência de quem narra, de quem escreve, mas, ao mesmo tempo em que este sujeito da escrita apresenta em seu texto sua história, também conta a do outro uma vez que pertence a um coletivo que se emaranha em uma teia de histórias que se cruzam pela marca da pele, sexo e classe.

Assim, citando Evaristo (2020, p.12) “a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos.” A escrita nunca é inocente, trás em cada letra um propósito político em seu sentido mais amplo, assim toda a subjetividade de Carolina está transcrita, assim como sua posição em seus escritos, e toda essa força advém de sua caminhada.

Em um contexto mais amplo, ela se rebela ao escrever, sua escrita de *rés-do-chão* demonstra seus passos marcados pela repressão vivida. Pensando no âmbito literário sua escrita ao mesmo tempo que foi aceita, também foi excluída, assim como seu corpo.

Carolina Maria de Jesus tornou-se uma escritora conhecida nacional e internacionalmente, após a publicação de seu livro: “Quarto de despejo: diário de uma favelada” em 1960, um diário autobiográfico não ficcional onde relatou seu cotidiano na favela paulista do Canindé do período de julho de 1955 a dezembro de 1959, via intermédio de Audálio Dantas, jovem jornalista da Folha da Noite que a “descobriu” e ajudou nessa publicação.

O sucesso de sua obra foi tido como extraordinário em consonância com o clima populista vigente na sociedade brasileira da virada da década de 1950/ 1960,

² Este conceito foi cunhado por Conceição Evaristo, e seu significado segundo a mesma é a junção entre “escrever” e “viver”, ou seja, é uma forma de “escrever vivências”

tendo um reconhecimento relâmpago que aliado à uma superexposição lançou a escritora em emaranhado de polêmicas, problemas e contestações.

Esses anovelados tinham em suas raízes o fato de Carolina ser mulher, mãe solo, negra, semialfabetizada, pobre e em termos que inúmeras vezes a autora utilizou, e utilizaram para descrevê-la favelada.

Outro fato, é que seu gênero interferia em como a autora era quista, segundo Lima Duarte (2003), a produção intelectual da mulher foi obscurecida na história literária, seja nas situações em que houve a “incorporação” da obra feita por mulheres por outro, ou pelas condições adversas que as acometeram, ainda ressalta que a maioria dessas mulheres que foram brutalmente esquecidas ou “silenciadas” eram instruídas e pertencentes a classes mais abastadas e se mulheres pobres por seu talento viessem a ser conhecidas em seu anonimato, eram duplamente silenciadas. Carolina nessa perspectiva, mesmo situada no século XX, evidenciou o grau de adversidade, mas ela não foi duplamente silenciada e sim triplamente por ser negra.

Ou seja, classe, raça e gênero tornam a trajetória da escritora complexa, uma vez que a mesma, teve que conviver com os estigmas sociais atribuídos a materialidade de seu corpo e foi reduzida a estas questões que se degradam em violências.

Mas, através de sua escrita a autora retrata de forma bastante clara e detalhada a labuta do dia a dia, suas experiências, crenças, desejos e sua visão de como deveria ser a vida. Sendo assim, escritoras negras como Carolina Maria de Jesus, assumem o papel de escrever nos corpos literários brasileiros a imagem de uma autorrepresentação, surgindo assim, uma narrativa sócio-histórica que é de si, mas que também é coletiva, a fala de um corpo que não é tão somente descrito, mas sobretudo vivido.

Ainda no que se identifica sobre a escrita é possível pensar em Antônio Candido (1995), quando explica que a produção cultural contemporânea apresenta uma transição que é identificada na formação social brasileira como uma “dialética da malandragem”, ou a “dialética da marginalidade”.

A “dialética da malandragem” preconiza a conciliação que o malandro faz ao transitar entre a ordem e a desordem com o intuito de ocupar um determinado espaço social, já a “dialética da marginalidade” faz uma proposta de superação da desigualdade social, não mais por uma conciliação, mas pelo confronto, expondo a violência de maneira direta através de sua produção cultural (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1995).

Nesse sentido, é perceptível que o texto de Carolina aliado ao contexto produzido representa a violência da sociedade brasileira confrontando-a. Sua literatura, portanto, além de ser uma escrevivência é marginal uma vez que ela como sujeita

histórica insurge e traz para a superfície uma realidade até então que estava “ocultada”, dando voz aqueles que historicamente foram silenciados.

A centralidade dessa voz de denúncia do dito marginal, que trata os problemas que o afetam, mas cujo a base está ligada a realidade social e tem consciência disso, é expressa por Carolina inúmeras vezes:

... Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isso em prol dos outros” (JESUS, 2014, p. 30).

Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado. Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela (JESUS, 2014, p. 35).

No Brasil, a produção literária da escritora ainda é pouco difundida, e não é reconhecida popularmente, apenas seu primeiro livro acaba sendo destaque em análise, uma vez que este foi um fenômeno de vendas se tornando popular, mas isso por pouco tempo, uma vez que pouco a pouco a autora foi sendo apagada, uma vez que ela foi vítima da curiosidade e do preconceito.

ONDE NASCEU CAROLINA E SUA TRAJETÓRIA

Ao falar de sua trajetória, tenho em vista usar o máximo das próprias experiências descritas pela autora em seu livro *Diário de Bitita*, uma obra póstuma da autora que reúne textos que falam sobre sua infância e juventude. O livro foi publicado na França em 1982, pela Éditions Métailie sendo intitulado *Journal de Bitita*³, e publicado no Brasil quatro anos depois, em 1986, a partir da tradução do francês para o português brasileiro, pela Nova Fronteira, sendo esta inclusive a única edição. Essa obra não teve muita notoriedade quando lançada passando quase que despercebida e ainda hoje é pouco difundida.

A escolha dessa obra como norteadora para falar sobre a vida da autora se dá por ali estar suas memórias escritas, então me parece incoerente usar outra fonte como principal, claro que outras fontes serão utilizadas, mas deixarei Carolina guiar.

³ A publicação do *Diário de Bitita* foi feita por intermédio de duas jornalistas, Maryvonne Lapouge e Clélia Pisa que foram visitar Carolina em seu sítio em Parelheiros, em meados de 1970 para entrevista-la. Assim a autora lhes entregou os manuscritos e elas tornaram-se responsáveis pelo trabalho de editoração e publicação. Em 1975, retornaram à França levando, junto com entrevistas gravadas, os originais do livro de Carolina Maria de Jesus, que foi traduzido para o francês e denominado “diário”, dado o sucesso que *Quarto de despejo* alcançara na Europa. Lançado então na França em 1982 com o título *Journal de Bitita*, no Brasil o título veio a ser publicado em 1986, quando a Nova fronteira comprou os direitos do livro. Os originais destes cadernos atualmente se encontram no Instituto Moreira Salles

Em uma provável data de 14 de março de 1914 Carolina Maria de Jesus nasceu, é dito provável, porque não se sabe ao certo a data de seu nascimento, sua certidão consta a data apresentada acima, mas a de batismo é de 1915, em algumas memórias tem seis anos em 1927. Essa incerteza era muito frequente em um período em que o registro civil ainda não estava firmando, acabando por ocorrer tardiamente, e ainda existiam os obstáculos em torno da classe e raça (COSTA, 2015).

No dia 27 de agosto de 1927 o vovô faleceu. Minha mãe disse-me que eu estava com seis anos. Será que eu nasci no ano de 1921? Há os que dizem que nasci no ano de 1914. Eu notava que os pretos não sabiam ler. Nunca vi um livro nas mãos de um negro. Os negros não serviam ao exército porque não eram registrados, não eram sorteados. Eles diziam:

- É orgulho. Só os brancos que são considerados brasileiros. Ninguém na minha família tinha registro. Não era necessário atestado de óbito para sepultar os mortos. (JESUS, 1986, p. 120).

Sua cidade natal é Sacramento, localizada no triângulo mineiro, fundada em 1820, que se tornou, na segunda metade do século XIX, um importante centro de produção de plantio de café. Tendo sua população composta principalmente por descendentes de escravos e indígenas, não ultrapassava 16 mil habitantes, apenas 4.000 mil moravam na área urbana e os mais pobres nas regiões periféricas, onde tinham casas precárias que eram construídas em terrenos que pertenciam a Igreja Católica e que posteriormente foram arrestadas pelo poder público local (AZEREDO, 2018).

A autora é fruto de uma sociedade que dava seus primeiros passos para um novo regime, a República, como também o do pós-abolição, ou seja, a autora está situada no que se denomina atualmente como uma personagem pós-abolição, fazendo assim, parte de uma população negra “invisibilizada” que tivera seus antepassados nascidos sob a escravidão, e com o fim da mesma tornaram-se homens e mulheres “livres”, porém sem nenhum acesso aos direitos civis, políticos e sociais que foram prometidos.

Seus avós foram beneficiados pela lei do Ventre Livre, sua infância e adolescência foram marcadas pelas dificuldades advindas, tanto de sua origem social, quando racial e de gênero, em sua narrativa fica clara a necessidade em trabalhar desde cedo em casas de famílias abastardas.

O meu avô era um vulto que saía da senzala alquebrado e desiludido, reconhecendo que havia trabalhado para enriquecer o seu sinhô português. Porque os que haviam nascido aqui no Brasil tinham nojo de viver explorando o negro (JESUS, 1986, p. 120).

Raça, gênero e sua classe social sempre foram assuntos recorrentes para Carolina, sendo sempre questões presentes em seu dia-a-dia, sendo inclusive a discriminação racial um assunto oriundo no seio familiar da mesma:

Sua tia avó, Ana Marcelina, mulata clara, não gostava de negros, embora Otaviano, seu filho, fosse retinto. Desejava para os filhos casamentos com pessoas de pele clara, talvez como um modo de ascensão social. Não permitiu que sua filha Mariinha se unisse ao homem que amava, por ser negro. Mariinha casou-se com um branco que era alcoólatra; tiveram dois filhos e Mariinha morreu cedo e infeliz. Carolina e o irmão não podiam entrar na casa da tia Ana, por serem escuros. (CASTRO; MACHADO, 2007. p. 70).

O trecho citado acima, exprime os rastros enraizados de uma sociedade escravista que através de hierarquias sociais, tento entre brancos que faziam questão de manter as estruturas e relações de poder, como entre os negros que também estabeleciam uma forma própria de se defender do racismo. Ou seja, mesmo não havendo mais a escravidão de forma oficial, ainda assim as relações sociais reproduziam uma sociedade escravista.

Tanto que Carolina relata as interdições que eram naturalizadas nas dinâmicas sociais, relatando a arbitrariedade policial, assunto ainda vivido na população negra, como também a proibição dos negros para frequentar o centro da cidade em dias que fossem úteis, uma vez, que os mesmos deveriam estar trabalhando nas fazendas.

Até mesmo a igreja que era considerada como solo sagrado pelas forças policiais, e servia de refúgio para os negros tinha a mesma interdição e hierarquia, uma vez que aos negros era permitido frequentar apenas a missa das seis da manhã (CASTRO e MACHADO, 2007).

Ou seja, a segregação era palpável, vocês são filhos de Deus, mas não podem se misturar com os brancos, essa era a lógica, vocês existem, mas estão na segunda classe. Castro e Machado (2007) ainda salientam que em Sacramento havia a proibição dos negros de frequentarem o centro da cidade em dias úteis, pois, eles deveriam estar trabalhando e não zanzando.

O que pode nos levar a questão da necropolítica perante os corpos negros. Nesse sentido, a necropolítica está relacionada a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Assim, para Mbembe (2018), necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos, não se tratando só de deixar morrer, mas de fazer morrer também.

Esse poder de morte (necropoder) é um elemento estrutural do capitalismo neoliberal que atua por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de

certos grupos e populações. A necropolítica e uma forma sofisticada e aprofunda dos conceitos de biopoder, do filósofo Michel Foucault, e estado de exceção, de Giorgio Agamben. Embora robustos, eles não dão conta totalmente das formas de controle de vida e morte produzidas a partir dos processos colonizadores (MBEMBE, 2018).

O corpo considerável “matável” e justamente aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça. Mbembe (2018) ainda explica que, com esse termo, sua proposta era demonstrar as várias formas pelos quais, no mundo contemporâneo, existem estruturas com o objetivo de provocar a destruição de alguns grupos.

Essas estruturas são formas contemporâneas de vidas sujeitas ao poder da morte e seus respectivos “mundos de morte”, através de formas de existência social nas quais vastas populações são submetidas às condições de vida que os conferem um status de “mortos-vivos”.

No caso, Carolina se adequava a esse grupo, sua existência era indesejada, os seus perseguidos e sua literatura reduzida a sua cor, ao seu corpo e onde habitava. Carolina, não chegou a vias da violência extrema que é a morte, mas isso não significa que não chegou perto dela inúmeras vezes. Inclusive as condições precárias que lhe eram atribuídas a fez pensar na morte e passar e ver a mesma mais de uma vez:

Hoje eu estou disposta. O que me entristece é o suicídio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo da vida . (JESUS ,1986, p. 138).

Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (JESUS, 2014, p.151).

Quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Porque quem não é forte desanima (JESUS, 2014, p. 152).

Mas a mãe, negra, inciente e sem cultura, não podia revelar que o seu filho era neto do doutor X, ou Y. Porque a mãe ia perder o emprego. Que luta para aquela mãe criar aquele filho! Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar (JESUS, 1986, 38).

No caso de Carolina o principal relato é o da fome, a fome permeou a vida da autora, ela viu e viveu a fome e como escritora escreveu para suportá-la:

Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário (JESUS, 2014, p. 169).

Todavia, é perceptível que essas políticas no âmbito da necropolítica, variam, e como políticas genocidas em curso, limitam todos os âmbitos em que a população alvo transitam e necessitam para a sobrevivência. Assim como ainda hoje é possível comprovar uma vez que o Brasil voltou para o Mapa Mundial da Fome, como já demonstrou pesquisas do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim, um governo que não possibilita garantias básicas de vida para sua população como por exemplo alimentação, possui de fato uma política da morte.

Continuando sua caminhada aos sete anos, foi apadrinhada por uma senhora de posses de Sacramento, dona Maria Leite, que a matriculou no Colégio Alan Kardec, do grupo espírita Esperança e Caridade (SANTOS, 2009), onde foi alfabetizada, cursou a primeira e a segunda série do primário, mas teve que sair da escola, para trabalhar, uma vez que em 1924, mudou-se para a cidade de Lajeado em Minas Gerais, junto de com sua família em busca de melhores condições de vida.

O fato de abandonar a escola foi uma coisa dolorosa para a jovem Carolina:

Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque ainda faltavam dois anos para eu receber meu diploma. Único meio foi resignar-me, porque as decisões paternas vencem, a minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros. A única coisa que eu realmente venerava. (JESUS,1986, p. 128).

Mesmo sua formação tendo uma fragilidade, do ponto de vista formal da educação, a mesma, possibilitou que a escritora viesse a ser uma ávida leitora e escritora, superando de longe o que lhe era imposto enquanto mulher negra.

Os próximos anos da autora são marcados por idas e vindas percorrendo longos trajetos, na maioria das vezes a pé, entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, fazendo um pouco de tudo para sobreviver, trabalhou como auxiliar de enfermagem, faxineira em hotéis, vendeu cerveja, tentou até ser artista de circo e muitas vezes quando não conseguia moradia dormia sob pontes e estradas CASTRO e MACHADO, 2007).

A vida nômade da autora se deu pelas condições de sobrevivência, a mesma, procurava recursos para estabelecer-se, ainda pensando nessas migrações, Costa (2015) destaca três tipos que são mais frequentes entre os descendentes de ex-escravizados, com a promulgação da Lei Áurea. A primeira está relacionada ao que o autor citado vai chamar de grande estabilidade, que se deu nos primeiros anos de liberdade, quando muitos fazendeiros conseguiram manter os negros que foram libertos em suas propriedades criando, desta forma, um vínculo de gratidão.

A segunda forma, e por aqueles que não conseguiram esta estabilidade e tinham que acabar migrando para diversas fazendas a fim de sobrevivendo, como uma

“moeda de troca”, em trabalhos temporários que impossibilitavam a mobilidade social devido à sua inconstância (COSTA, 2015).

A terceira está associada com a migração definitiva para os centros em ascensão, estando profundamente ligada ao fator geracional, sendo majoritariamente constituída pelos filhos e netos de mulheres e homens ex-escravizados, tendo seus descendentes diretos migrado na década de 1920, quando já não era realizável ter a mesma condição financeira e social dos seus ancestrais (COSTA, 2015).

Até quem tinha vínculo mesmo que com uma pequena propriedade acabou tomando o rumo das metrópoles, pois o campo, nesse período, passou por uma desvalorização devido à erosão do solo, às pragas e à queda do preço do café.

A trajetória de Carolina, portanto, pode ser como um entrelaço das duas últimas situações apresentadas. Primeiramente marcada pela instabilidade das idas e vindas de sacramento pelo fato das dificuldades para sobreviver na pequena cidade, tendo assim em sua trajetória inúmeras passagens em fazendas nos municípios próximos. Saúde, custos e família são as questões centrais para compreender esses deslocamentos.

Vale ressaltar que a ligação com a família, especialmente com o avô e com a mãe, muitas vezes justificava os retornos e a proximidade geográfica. Outro fator é o medo, uma vez que, que no traçar de seu caminho havia o desconhecido, o temor, já que os jornais nos primeiros anos do século XX, adotaram uma política de terror para manter a população negra nas fazendas (COSTA, 2015, p. 107).

Todavia, ocorre uma transição durante a década de 1920, uma reviravolta nos jornais, que começaram a estimular a migração divulgando muitas vagas de trabalho nas indústrias, assim, os grandes centros, em especial São Paulo, se tornaram cada vez mais instigantes (COSTA, 2015).

Ainda mais com o ganho de força do discurso de Vargas sobre a industrialização, somado a violência em Sacramento que é retratada pela escritora como sendo uma cidade extremamente racista e sexista, onde os negros temiam a polícia, pois, mesmo não tendo praticado nenhum delito podiam ser detidos, com prisões totalmente arbitrárias sem poder recorrer a nenhuma autoridade (NEVES, 2019).

Neste contexto, em mais um dos regressos de Carolina a sua cidade ela e sua mãe foram presas, humilhadas e torturadas, sendo acusadas de bruxaria por ler o livro de São Cipriano, que na verdade era um dicionário, a escritora lia em frente de sua casa quando sofrerá a violência:

Ele nos espancava com um cassetete de borracha. Minha mãe queria proteger-me. Colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou. Eu fui ampará-la o soldado continuou espancando-me. Cinco dias presa e sem comer” (JESUS, 1986, 180).

Associar a figura do negro a bruxaria e à feitiçaria e outras práticas religiosas que são consideradas mal-vistas, pela tradição cristã foi uma constante durante o período da escravidão e perdura até os dias de hoje.

Na atualidade isso não mudou, a cultura, tradição e costumes do povo negro são tidos como manifestações inferiores à cultura dos brancos. Segundo, Maia:

[...] podemos perceber vestígios de apropriação religiosa. O diabo ficava associado à cultura dos negros (uma ideia imposta pelos brancos), pois, no que tange à religiosidade, tudo o que poderia ter uma representação negativa recaía sobre esses indivíduos (frequentemente pretos) (MAIA, 2014, p. 35).

Schwarcz (1987) ainda ressalta que muito do conteúdo de matérias jornalísticas da imprensa paulista do fim do século XIX, descrevia o negro como “o bruxeiro, o feiticeiro”, ademais como bárbaro e violento, realizadores de feitiçarias e males.

Tanto que não é de se admirar que Carolina relate que a violência para com a população negra é uma constante. Inclusive casos como este relatado são frequentes nas primeiras décadas de século XX, tendo ocorrido assassinatos muito similares aos existentes no sul dos Estados Unidos, sendo a motivação o ódio racial (COSTA, 2015).

Continuando a trajetória da escritora, ela não tinha uma relação de proximidade com a maioria de seus familiares e os poucos que tinha foram sendo rompidos, seu avô aquém ela idolatrava e quem ela considerava “O Sócrates africano” devido sua sabedoria e seu grande caráter, se comparado aos outros familiares, morre em 1927, dez anos depois sua mãe dona Cota também morre.

As pessoas que iam visitar o vovô saíam comentando:

- Que homem inteligente. Se soubesse ler, seria o Sócrates africano.
- O que será Sócrates africano?

Outros comentavam:

- Foi crime não educá-lo. E este homem seria O Homem! Poderiam criar uma lei de educação geral, porque as pessoas cultas que adquirem conhecimento do seu grau intelectual têm capacidade para ver dentro de si (JESUS, 1986, p. 128).

E é neste contexto que Carolina parte definitivamente para a capital paulista. Vale ressaltar que aquele período era efervescente, a revolução de 1930 havia trazido consigo uma transformação na estrutura econômica, na qual as atividades urbanas industriais tornaram-se o foco dos esforços do governo, que visa estabelecer novas condições sociais para firmar seus objetivos (BONDUKI, 1988).

Esse posicionamento do governo Vargas era mais do que esperado devido à necessidade que a crise de 1929 estampou de forma dura, que foi a fragilidade de uma nação totalmente agroexportadora, dependente do mercado externo para o seu desenvolvimento (MOREIRA, 2003).

A revolução citada também promoveu mudanças na forma como o Estado lidava com os diversos aspectos da força de trabalho, ou seja, a pretensão e prioridade era firmar uma política dirigida aos trabalhadores, isso por dois motivos: o primeiro é que, os novos grupos participantes do poder – classes média, tenentes, oligarquias periféricas – não podiam oferecer as bases para que Vargas conseguisse se sustentar, logo era necessário estabelecer um compromisso com um novo personagem, as massas trabalhadoras urbana, para que assim pudesse garantir a legalidade do poder político recém-instaurado. O segundo motivo é que ao mesmo tempo que era construída uma estratégia de desenvolvimento econômico baseado na indústria, foi elaborado um horizonte para o cálculo dos ônus sobre a força de trabalho que as empresas capitalistas teriam que arcar, situação que até então não era controlada (BONDUKI, 1988).

Para os pobres aquele momento era tido como oportuno, os que se alistassem no exército, por parte do governo, recebiam uma bonificação, e os que serviram acreditavam que com isso poderiam deixar algo aos filhos e familiares. E perceptível, portanto, que uma cidade onde havia muitas pessoas em situação de fome e miséria enxergam a Revolução de 1930 não como um golpe perpetrado por Getúlio Vargas à Júlio Prestes, mas sim como uma forma de melhorar, mesmo que irrisoriamente sua condição de vida através do bônus militar (FARIAS, 2018).

E talvez em função das coisas que viu e presenciou, como aponta Farias (2018), ela tenha se tornado uma valente getulista, inclusive um de seus primeiros textos conhecidos, já escritos enquanto morava em São Paulo, foi sobre sua admiração à pessoa de Getúlio Vargas.

Foi o orgulho da nossa gente.

É opinião brasileira

Que tivemos um presidente

Que honrou a nossa bandeira.

Getúlio, heróico e potente,
Grande alma nacional,
Deveria ser o presidente
Desde o tempo de Cabral.

Éramos um povo inibido,
Apático e sem ação
Mas Getúlio, o destemido...
Nos deu um empurrão.

Retirou do operário a tibieza
Deu-lhe apoio e proteção
Convidou-lhe com delicadeza
A colaborar no progresso da nação
(JESUS, 1996 p.135).

Este poema foi publicado em 24 de fevereiro de 1941, com a foto da escritora que foi ao jornal Folha do Amanhã, apresentando sua literatura⁴ ao Jornalista Willy Aureli em busca de sua primeira publicação, seu objetivo era ser conhecida como. Ela continuou ainda apresentando seus textos nas redações, e também mandando por correspondência, mas sem ter êxito naquele momento (FARIAS, 2018)

SÃO PAULO E FAVELA DO CONINDÉ

Em 1937⁵, a pé, apenas com a coragem e mínimos recursos, ela ainda desorientada migra em busca de oportunidades e uma vida melhor. Sua primeira impressão, quando chegou a Estação da Luz, foi observar o quão tudo lhe parecia caótico.

⁴ Todavia, pesquisas mostram que ao consultar o acervo do jornal, há na verdade um equívoco nas datas: a matéria ocorreu um ano antes do mencionado, mais precisamente no dia 25 de fevereiro de 1940, existiu uma certa hesitação em publicar Carolina, inclusive Aureli desdenha da escritora e sua capacidade, dizendo estar saturado das figuras “exóticas”, em especial de mulheres, ele inclusive a destaca como um “bello espécime de mulher negra” (AURELI, 1940).

⁵ Essa data, 1937, é o ano que a autora escreve em seus diários, bem como nas entrevistas que ela deu ao longo de sua vida. Todavia, em alguns outros textos biográficos, o ano de 1947 aparece como aquele em que ela chegou a São Paulo, entretanto, será mantido as datas do diário de Carolina como as mais exatas.

Nunca havia visto tantas pessoas reunidas. Pensei: ‘será que hoje é dia de festa?’ Fiquei preocupada com o corre-corre dos paulistanos. Olhares ansiosos, inquietos à espera das conduções. Uns empurrando os outros e ninguém reclamava, aquilo era normal?” (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 214).⁶

Em seu primeiro momento em São Paulo trabalhou como empregada doméstica para uma família, então inicialmente, a crise habitacional da cidade não a afetava, uma vez que empregada doméstica foi o seu principal ofício, ela residia onde trabalhava. Muitas vezes era explorada e não recebia por seus serviços, mas não tinha medo de deixar os empregos quando sentia-se lesada.

Inclusive ser empregada doméstica era uma das poucas opções de trabalho para as mulheres negras e ainda continha muitos resquícios do regime escravocrata, há relatos que no começo do século XX, existiam patrões que utilizavam chicote para punir as empregadas, e elas acabavam por se submeter para ter onde dormir e o que comer (BERNARDO, 1998).

Essa situação análoga à escravidão resulta em uma perda tripla: não existe lar, nem direitos sobre seu próprio corpo e politicamente essa pessoa também não está representada (MBEMBE, 2018).

Ainda pensando nessa situação é possível observar que a conjugação do racismo e sexismo sobre mulheres negras gera uma repressão social que causa serias consequências em todas as dimensões da vida, o que reflete de forma expressiva na mão de obra feminina negra. Dados de 2006, baseados no ministério do trabalho e da justiça apontam que, mulheres negras que ocupavam trabalhos manuais eram um percentual de 79,4%, sendo que destas, “51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes” (CARNEIRO, 2011).

Todavia, a marginalidade que lhe conferiam potencializou sua expressão criativa, que moldou e sustentou suas autoavaliações e autodefinições, que culminaram através de sua escrita, sendo este um momento de liberdade e forma de resistir ao conjunto de opressões que a afligia.

Dentro deste contexto, ela foi vivendo seus primeiros anos em São Paulo, entre empregos de doméstica, em fabricas e em hotéis como camareira, mas não se

⁶ Durante a minha pesquisa, ao levantar os dados, a principal fonte usada para falar sobre Carolina é o livro dos autores José Carlos Sabe Bom Meihy e Robert M. Levine, intitulado *Cinderela Negra – A saga de Carolina Maria de Jesus*. No entanto, em minha pesquisa quero que a voz que ecoe mais seja a de Carolina, então sim, utilizarei as partes que são falas de Carolina, sem dúvidas esse se trata de um trabalho exímio, todavia, apresento minhas ressalvas ao título, que pode que tem seus problemas, uma vez que sugere que seja uma narrativa de superação individual, o que não corresponde a realidade da autora. Cinderela, faz alusão a um personagem de contos de fada, no qual uma jovem branca, porém oprimida encontra a felicidade através do amor e da ascensão social, o que não é o caso de Carolina, embora a mesma tenha alcançado em certa medida o reconhecimento e sucesso literário com suas obras, ela ainda sim enfrentou até seus últimos dias a pobreza e a exclusão social. Assim esse título tende a romantizar a história da autora.

matinha nas ocupações por muito tempo o que acabou por gerar muitas dificuldades, e com a aspiração de ser poetisa pensou que talvez fosse melhor ir para o Rio de Janeiro, o ano era 1940 e ela acreditava que ali estaria o auge da cultura letrada brasileira, e de fato ali estavam grandes escritores como: Clarice Lispector, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Manoel Bandeira, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, mas ela não conseguiu adentrar esse mundo (NEVES, 2019).

E para sobreviver trabalhou de cozinheira, mas a realidade é que pouco se sabe sobre esse período, ela não permaneceu muito tempo no Rio, desiludida retorna a São Paulo e em 1942 já se encontra instalada (NEVES, 2019).

Já em 1945 ela engravida de um americano chamado Wallace, que partiu assim que soube da gravidez, mas devido as péssimas condições de vida da escritora naquele momento, ela acaba dando à luz a uma menina, que infelizmente nasce morta, a qual foi batizada com seu nome Maria Carolina (CASTRO e MACHADO, 2007).

Esse episódio da vida da escritora, só mostra o quanto a necropolítica é uma política de morte adaptada pelo Estado. Aquela criança não era desejada pela sociedade, seu pequeno corpo antes mesmo de se materializar já era considerado matável, assim como o de sua mãe, e este não é um fenômeno que foge a uma regra, essa é a regra!

A necropolítica é este poder que dita quem pode viver e quem deve morrer, isto com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, logo, esse “deixar morrer” se torna aceitável, mas não para todos os corpos. O corpo dito “matável” é aquele que está constantemente em risco devido ao parâmetro primordial de raça que define quem é considerado digno de vida e quem não é. Essa categoria de corpos é alvo de violência, opressão e exclusão, lhe sendo negado direitos e proteção pelo Estado.

Ela engravida pela segunda vez em 1948, de seu filho João, o pai era um marinheiro estrangeiro que também a abandonou, isso a deixou abalada, uma vez que, as portas do mercado de trabalho se fecharam e conseqüentemente as de moradia também, já que normalmente residia nas casas que trabalhava. Assim ela começa a catar papel, perdendo “o salário fixo e sujeitou-se à inconstância e ao ganho financeiro insignificante; de pobre, passou a miserável” (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 35).

Assim a escritora começou a enfrentar a crise habitacional de São Paulo em seu momento mais crítico, entre os anos de 1945 e 1948, mais de 15.000 famílias foram despejadas, entre 10 e 15% dos paulistanos foram atingidos, no mais o custo de vida e a inflação estavam nas alturas (BONDUKI, 1988).

Carolina, assim como outras pessoas ocuparam um terreno, no entanto, o dono fez um requerimento na justiça para que houvesse a reintegração de posse da

terra, ganhando a causa, as pessoas que ali residiam tinham apenas dois meses para sair (FARIAS, 2017).

Procurando encontrar solução para sua situação, ela e outros moradores foram atrás do governador São Paulo em busca de moradia, conseguindo falar com o mesmo ela conta que Ademar de Barros (1901 – 1969), conversou com todos e consultando o prefeito, prometeu que em até três dias instalariam os desabrigados nas margens do rio Tietê, no bairro do Canindé (NEVES, 2019).

Logo o enfavelamento através da autoconstrução foi a saída que Carolina teve, ela e outras milhares de famílias após o despejo. A reurbanização naquele momento estava alterando de forma radical o antigo padrão de segregação espacial.

Arranjar qual tipo de moradia no antigo centro, mesmo que um porão no antigo centro, era quase que uma tarefa impossível devido aos altos preços e a precariedade. Inicialmente então para aplacar essa crise, zonas próximas do centro foram escolhidas para erguer os barracos, a própria prefeitura inclusive ajudou nesse processo distribuindo alguns materiais de construção. Uma outra opção para estas famílias era obter um lote de terra em regiões mais afastadas e que não possuíam nenhum tipo de acessibilidade urbana: transporte, esgoto, avenidas, comércio etc. Mediante este cenário as favelas acabavam tornando-se a opção mais atrativa (BONDUKI, 1988).

A origem da favela no Brasil, se dá na cidade do Rio de Janeiro, ocorrendo logo após o término da Guerra dos Canudos (1896-1897), quando o exército nacional vence os sertanejos, os militares pressionam o Ministério da Guerra para receberem o salário que lhes eram de direito, mas isso não acontece e sem recursos acabam sendo obrigados a no Morro da Providência na capital do país – que mais tarde foi rebatizado como Morro da Favela (NEVES, 2019).

Esse processo de favelização no século XX ocorre paulatinamente nas grandes cidades do país, como resultado de uma grande aglomeração e de pessoas vivendo em situações de precariedade sem assistência de serviços públicos.

Souza (2017) destaca que a condição e a situação do negro em nossa sociedade, é tida como “ralé brasileira”, termo que ele cunha para explicitar que, a população das favelas era sobretudo constituída por:

[...] negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então. (SOUZA, 2017, p. 48).

Nessa conjuntura, a favela do Canindé, surge em decorrência da aglomeração das pessoas na capital paulista que não possuíam teto. Localizado então às margens do rio Tietê na década de 1950-1960, chegou a abrigar mais de 50 mil moradores. Atualmente, esta favela não existe mais, deu lugar ao estádio da Portuguesa (NEVES, 2019).

É importante frisar que este era um local insalubre e Carolina deixa claro isso mais de uma vez em sua narrativa, não havia esgoto, tinha lixo para todos os lados e existia apenas uma torneira que abastecia todo o complexo, o que formava filas quilométricas, todavia, foi esse lugar que lhe serviu de lar. “É que eu ganhei umas tábuas e vou fazer um quartinho para eu escrever e guardar os meus livros.” (JESUS, 2014, p. 86). No fim então de 1948, em seus últimos meses de gestação, a escritora constrói seu barraco na rua A, número 9, mais de 150 barracões estruturavam as quatro ruas da favela: rua A, rua B, rua C e rua do porto (CASTRO e MACHADO, 2007)

Esses espaços se mostram de despejo como a própria Carolina diz acima, e de novo vale citar Mbembe (2018) que chama a atenção para o fato de que mesmo nos Estados hoje pretensamente democráticos, o fazer colonial, inaugurado pela modernidade, nunca foi de fato abandonado. O “deixar morrer” veio acompanhado de um aparato intrincado e bem arquitetado que garante ao estado o poder da morte (necropolítica).

Esquecidos os ditos por Carolina foram despejados tidos como de segunda classe, a mesma reforça. “Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (JESUS, 2014, p.32). Ainda:

E que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É porisso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 2014, p.170)

No canindé ela teve mais dois filhos, em 6 de agosto de 1950 nasce José Carlos, o pai era um italiano ou português, e em 15 de julho de 1953, nasce Vera Eunice, filha de um espanhol. Existe, portanto, um ponto que interliga as gestações de Carolina: os pais eram estrangeiros brancos que a abandonaram, entretanto o pai da filha mais nova pagava uma pequena pensão que atrasava com frequência, mesmo ele sendo proprietários de uma fábrica de balanças (CASTRO e MACHADO, 2007).

Como já mencionado, para se sustentar e aos filhos, ela passou a catar papel, inclusive no lixo ela achava livros e papel, e assim obtinha seu material de escrita.

Em 1995, começou a escrever um diário relatando seu cotidiano e os daquele que também compartilhavam as mazelas da favela, medo, fome, violência de gênero, abandono e preconceito preenche as linhas de seus cadernos. Este material chamou a atenção do repórter Audálio Dantas, que culminou na publicação do primeiro livro de Carolina de Jesus, *Quarto de Despejo*.

A vida de Carolina muda radicalmente quando, pública seu primeiro livro, do anonimato passa a ser extremamente conhecida, amada e criticada, ambivalência com a qual ela teve dificuldade de lidar.

Em 5 de maio de 1960, foi então lançado “*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*”, seu conteúdo correspondente aos diários escritos nos anos de 1955, 1958 e 1959. Nos três primeiros dias vendeu mais de 10 mil cópias, tendo uma atenção significativa da imprensa nacional, despertou também a internacional, atualmente, o livro foi traduzido para 19 idiomas e publicado em mais de 40 países.

No mesmo ano de lançamento do livro, era inaugurada a nova capital modernista, a cidade de Brasília, o grande símbolo desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, o aceleração da indústria e sua expansão, era expressa pelo slogan “50 anos em 5”. A forma de comunicação utilizada pelo político era diferente, ele trazia elementos técnicos, números e estatísticas, que não faziam parte do estilo da época (MOREIRA, 2003).

O modelo político que foi sugerido, sustentado com o capital estrangeiro, não era nenhuma novidade para o país, uma vez que em 1930, Vargas, já tinha se articulado da mesma maneira.

Essa guinada para com a industrialização, não significou de maneira nenhuma romper com as oligarquias ruais, ao contrário disso, houve uma adaptação as demandas ruralistas, categoria que elabora uma modernização da produção latifundiária de caráter tradicional, com o intuito de expandir o setor. Ainda que não possuíssem uma hegemonia como durante o Império e Primeira República, conseguiram constituir um setor político profundamente expressivo, inclusive a construção da nova capital estava vinculada aos interesses destes proprietários de terras que ampliaram suas fronteiras produtivas sem nenhuma regulamentação estatal, o que claro, favorecia e muito a manutenção dos grandes latifúndios. Inclusive não é por acaso que Carlos Lacerda político da oposição, populariza a frase irônica de que a organização fundiária da operação Brasília: “esta é zona pioneira que pioneira vai ficando nas mãos dos latifundiários que terão agora cartórios bem mais próximos para a sua grilagem” (MOREIRA, 2003, p. 187).

O governo JK foi iniciado de forma turbulenta com tentativa de anulação das eleições, desta forma, foi recorrido a uma intervenção militar para que assim pudesse

assumir a presidência, uma característica latente foi a de conseguir atingir suas metas de desenvolvimento mantendo o regime democrático. Todavia a:

[...] cidadania, isto é, os direitos sociais, políticos, jurídicos e econômicos da população nacional, não teve um desenvolvimento nem correlato nem comparável ao ritmo e à grandeza do que aconteceu no campo econômico” (MOREIRA, 2003, p. 188).

Deste modo, mais de 70% da população ainda residia em zonas rurais no final da década de 1950, este é o impacto da ausência da reforma agrária, da extensão dos direitos trabalhistas aos homens e mulheres do campo e o aumento do latifúndio moderno, que tem de se ajustar a industrialização, tornando assim fictícia qualquer projeção de melhoria de vida (MOREIRA, 2003).

Neste contexto, percebendo as relações Carolina atenta aos problemas sociais escreve o poema “Colono e o Fazendeiro”, tendo a questão da terra como principal enfoque:

Diz o brasileiro
que acabou a escravidão...
mas o colono sua o anno inteiro
E nunca tem um tostão!

Se o colono está doente
é preciso trabalhar!
Lucta o pobre, no sol quente
e nada tem para guardar...

Cinco da madrugada:
toca o fiscal a corneta
despertando o camarada
prá ir fazé a colheita.

Chega à roça. O sol nasce.
Cada um na sua linha
suando. E para comer?
só feijão e farinha...

Nunca pode melhorar
esta negra situação
Carne não pode comprar
pra não dever pró patrão!

Fazendeiro ao fim do mez
dá um vale de cem mil réis.
Artigo que custa seis
vende ao colono por dez

Colono não tem futuro
trabalha todo o dia.
O pobre não tem seguro
e nem aposentadoria...

Elle perde a mocidade
a vida inteira no matto
e não tem sociedade!
onde está o seu sindicato?

Elle passa o anno inteiro
trabalhando. Que 'grandeza'.
Enriquece o fazendeiro
e termina na pobreza! (JESUS, 1996, p. 147).

Nessa mesma direção, os problemas da cidade também eram diversos, as mazelas urbanas eram muitas e a escritora expressa seu profundo descontentamento e dor, exprimindo as mazelas urbanas do desenvolvimentismo nacional

16 de maio 1958: Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer.

...Eu não ia comer pão porque era tão pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Jânio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos (JESUS, 2014, p. 33).

Outro ponto que merece destaque, é a favela como um cenário que incomodava a industrialização por anunciar a pobreza. A escritora negra denunciou em sua obra as incoerências da nação que emergia no cenário capitalista. Sua obra apresentou o contraste de uma sociedade branca que tinha ganas de apresentar-se como moderna, progressista e organizada.

O progresso do Brasil foi a tônica das administrações de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros [...] Fatos concretos que evidenciam o crescimento da marginalidade traziam o fenômeno da pobreza para os discursos, que tiveram que incluir as favelas no vocabulário político. Neste cenário Carolina se fez mote, e seria impossível qualquer debate sobre o desenvolvimento sem passar por alguns argumentos contidos no livro. (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 20).

Seus escritos, ganharam atenção quando o jovem repórter Audálio Dantas, passou a interessar-se pelos contrastes entre a realidade das favelas e as políticas de modernização da cidade de São Paulo, quando fez uma visita a favela do Canindé, em 1958. Foi ali que encontrou uma mulher que ameaçava alguns homens que brincavam no playground montado para as crianças. Dizendo-lhes que que iria pôr os nomes deles no livro que estava escrevendo (ALVES, 2014).

Isso chamou a atenção de Dantas que pediu para ver seus escritos e ficou derradeiramente encantado, ela apresentou seus poemas contos, romances, peças e músicas, mas o que lhe chamou atenção foram os 20 diários.

Nos dias que se passaram, Audálio fez inúmeras matérias para retratar Carolina no jornal, como uma descoberta, como exemplo de superação de vida. Começa ali uma parceria para publicar um livro com os textos diarísticos dela, com esse objetivo, foi feita uma preparação para que ela ganhasse notoriedade.

Uma matéria em 1950 na “Folha da Noite”, apresentou a escritora como tendo incríveis habilidades de retratar o cotidiano, sendo seus diários uma verdadeira reportagem da favela, o texto é finalizado, dizendo que impressionados Audálio Dantas e seus companheiros de redação, com esse material, custeariam uma edição. Em 1959, o nome da escritora estava presente na revista “O cruzeiro”, publicação de grande circulação e em 1960 poucos dias após a publicação de seu livro, uma terceira reportagem exalta a obra, mas uma vez comparando-a como uma grande repórter mazelas da modernidade (CASTRO e MACHADO, 2007).

A vida e a obra de Carolina se misturam não apenas no conteúdo, mas também em seu ofício de catadora, os seus materiais de escrita e leitura. Ela achava seus livros no lixo enquanto catava materiais para vender e sobreviver.

Escrevia em letras miúdas para fazer render o papel, mas isso muda após sair nas matérias de Audálio Dantas. Esse contato inaugura o que pode ser chamado de “segunda fase” da escrita carolineana (FERNANDEZ, 2019). Nesse momento ela passa a ter mais suporte e seus textos se tornam mais organizados.

Com o sucesso do Quarto de despejo, ela consegue realizar o sonho de sair da favela, primeiro se muda para um quarto nos fundos de uma casa em Osasco-SP, em 30 de agosto de 1960 e no final deste mesmo ano consegue conquistar sua casa de alvenaria em Santana, bairro paulistano de classe média baixa.

A imprensa cobriu sua saída do Canindé, onde foi destacada reação hostil de alguns moradores, que chegaram a tacar pedras no caminhão de mudança, de certa forma temiam serem expostos pela escrita de Carolina que por mais que carregasse a voz dos que ali moravam como uma denúncia, também utilizava-se de suas palavras como um instrumento de defesa para os conflitos cotidianos.

Toda a transformação de sua vida foi registrada nas páginas do livro seguinte, Casa de Alvenaria (1961), o último editado por Audálio Dantas. Que inclusive desmerece a produção literária da escritora, para o repórter seu testemunho era mais forte do que, os outros “gêneros literários”, entre aspas como ele ressalva, não tinham relevância, essa divergência causou tensões entre os dois. Inclusive isso foi uma constante na vida da mesma, o direito ao conhecimento e às artes sempre lhe foram negados desde a infância e acompanhou a escritora até sua morte, mesmo assim ela resistiu, por sua escrita mantendo sempre sua autonomia.

A obra citada acima também é baseada em diários, que contavam a transição da vida de Carolina, sendo iniciado um pouco antes da publicação do Quarto de Despejo, com o dia da assinatura do contrato em 5 de maio de 1960. Sendo uma obra mais agressiva ela percorre a euforia inicial na sala de visitas e sua finalização em 21 de maio 1961, mostra ela já desiludida e cheia de críticas à sala de estar paulistana.

No final de 1962, já vivia uma crise financeira, tinha dificuldades para administrar os ganhos que recebia de seus livros e desconfiava não estar recebendo corretamente, principalmente por parte dos livros publicados internacionalmente.

Com a mesma rapidez que ela ascendeu também foi sendo apagada, perdendo o apoio da elite que alcançou como escritora e voltando quase que paulatinamente a sua situação anterior, de acordo com Sousa (2012) a escritora se infiltrou na literatura brasileira pela mídia, sendo um produto dos veículos de comunicação, entretanto, após o sucesso de vendas do primeiro livro ela foi rejeitada. Ela não se enquadrava nos estereótipos de mulher negra:

“Negra, espera-se que seja humilde, mas não é. Mulher, espera-se que seja submissa, mas não é. [Com pouca escolaridade], espera-se que seja ignorante, mas não é. E não sendo o que se espera dela, é rejeitada como pessoa pela sociedade e incompreendida como escritora” (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 39).

No plano político, era cobrado dela coerência que não podia sustentar, uma vez que a ambiguidade era uma característica muito forte da sua pessoa. Em seus escritos e falas pode-se encontrar elogios a Fidel castro e poemas exaltando os EUA e suas políticas (FERNANDES, 2019).

Sendo assim, como aponta Fernandes (2019), a esquerda a tinha como de direita e a direita a via como uma revolucionária, somado a isso houveram muitos conflitos entre ela e a mídia, que frequentemente a ridicularizava por seu comportamento que era tido como “inadequado”, sendo acusada de imitar as classes dominantes, pelas roupas e locais que começou a frequentar. As pessoas se interessaram por saber como era a favela, mas não queriam alguém da favela fora dela (CASTRO e MACHADO, 2007).

Assim paulatinamente ela e suas obras foram caindo em esquecimento, mesmo ela se esforçando e publicando outros gêneros literários:

Ela tentava se firmar como escritora ficcional, leitora de clássicos e criadora de histórias que falavam, entre outros temas, de amor, traição, injustiça, vingança, remorso e verdade, o que estava longe de interessar a um meio desacostumado a dar voz aqueles que desafiavam a ordem estabelecida e procuravam ocupar espaços antes reservados a determinados grupos. (PERES, 2016 p. 91).

A escritora ainda consegue publicar, dois livros com recursos próprios: o romance “Pedaços da Fome” e “Provérbios”, ambos em 1963, mas nenhum fez sucesso, foram vistos com indiferença tanto pela mídia quanto pela literatura.

Por fim, com o início do regime militar no Brasil, as obras da escritora passaram a ser inadequadas para o cenário político instaurado, a crítica social não era mais bem vista, sendo considerada subversiva e susceptível de censura diante das imposições violentas destinadas ao cenário cultural e artístico, a partir do golpe militar de 1964. Embora não tenha sido censurado, como em Portugal, durante a ditadura de Salazar, as editoras evitavam seus textos (FERNANDEZ, 2019).

[...] no contexto mental da linha dura do governo militar, Carolina, na segunda metade dos anos 60, foi considerada uma ‘comunista’, pretensa advogada dos grevistas. Isto, mesmo sendo alguém que citava repetidas vezes John F. Kennedy (LEVINE e MEIHY, 1994, p. 35).

Em 13 de fevereiro de 1977, faleceu vítima de bronquite asmática deixando um imenso acervo literário inédito que, após anos de esquecimento, vem sendo publicado gradativamente.

Por fim, ao analisar a trajetória da autora é possível observar que sua escrita singular aliada ao contexto no qual produziu suas obras foi de encontro a exposição desses fenômenos sociais.

Sua resiliência ativa não à fez vítima passiva, ela enfrentou seus algozes com papel e caneta, não se calou em uma sociedade na qual se tem a imposição cultural do silêncio como “boa conduta” para as mulheres, a voz dela ressonou através da escrita que impactou e impacta até os dias de hoje. Quando escrevia ela resistia e compunha sua subjetividade.

CONCLUSÃO

Em síntese, a trajetória de Carolina Maria de Jesus foi marcada pela violência, todavia, emerge como um poderoso relato que transcende as páginas de seus diários, destacando-se como um testemunho eloquente da resiliência feminina diante das adversidades impostas pela violência de gênero. Carolina, mulher negra e catadora de papel, enfrentou não apenas as complexidades de sua condição social, mas também as inúmeras barreiras decorrentes de uma sociedade androcêntrica da sociedade brasileira do século XX.

Enquanto escritora através dos recursos literários que dispunha expôs a violência não como conciliação, mas como exposição direta das desigualdades de gênero, raça e classe. Sua escrita singular aliada ao contexto no qual produziu suas obras foi de encontro a exposição desses fenômenos sociais.

Ela se reconstruía, se buscava e se perdia na escrita, escrever era ser, ainda mais quando escrevia sobre si mesma. A literatura, portanto, foi para a autora uma das formas possíveis de desassujeitamento das violências que foram vividas.

Ao descrever sua vida na favela, Carolina expôs as injustiças e a dura realidade enfrentada por mulheres como ela. Suas palavras ilustram a violência física e psicológica que muitas mulheres enfrentavam na época, evidenciando a urgência de questionar e desafiar as normas sociais que perpetuavam a desigualdade de gênero.

A escrita autêntica e corajosa de Carolina Maria de Jesus não apenas documenta sua própria luta, mas também serve como uma denúncia potente contra a opressão sistêmica que marginalizava as mulheres em sua comunidade. Sua determinação em resistir às expectativas limitadas impostas pelo patriarcado e pela pobreza se transformou

em uma expressão literária única, capaz de inspirar gerações subsequentes a enfrentar suas próprias batalhas.

No contexto mais amplo, a narrativa de Carolina ressalta a importância de amplificar as vozes silenciadas das mulheres que, como ela, foram vítimas da violência de gênero. Sua vida e obra ecoam como um apelo, instigando-nos a refletir sobre a persistência dessas desigualdades. Assim, a trajetória de Carolina Maria de Jesus é muito mais do que um relato individual; é uma escrevivência.

AGRADECIMENTOS: E com prazer imenso que agradeço a CAPES, uma vez que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Uelinton Farias. Introdução. In: JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.

AURELI, W. Carolina Maria, poetiza preta. *Folha da Manhã*, São Paulo, 25 fevereiro 1940.

AZEREDO, Edson Guimaraes de. *As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais*. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

BERTO, Faria Danila. *À BEIRA DO ABISMO: Entre literatura e escrita de si em Clarice Lispector*. 2018. 169 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e negro: um olhar sobre São Paulo**. São Paulo: Educ, 1998.

BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, L. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. *Muito bem, Carolina! Biografia da Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995, pp. 235-263

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COSTA, Renata Jesus da. *Subjetividades femininas: mulheres negras sobre o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

COSTA, C. E. C. D. *Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

CONSTÂNCIA, O.; DUARTE, L.; NUNES, I. Escrivência: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>>.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) da dupla face. In: SCHNEIDER, Liane; MOREIRA, Nadilza Martins de Barros (org). Mulheres no mundo, etnia, marginalidade e diáspora. 2. ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

FARIAS, T. Carolina: uma biografia. Belo Horizonte: Ed. Malê, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160.

JESUS, Carolina Maria de. Meu estranho diário. José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine (organizadores). São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

_____. Antologia Pessoal - Carolina Maria de Jesus. Organização de José Carlos Sebe Bom Meihy; [revisão de] Armando Freitas Filho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996

_____. Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona editorial, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NEVES, Romildo Rodrigues Junior. Identidade e memória em Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus: uma “história contada” acerca dos anos de 1920 a 1940, no interior do Brasil. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

PERES, Elena Pajaro. Carolina Maria de Jesus: insubordinação e ética numa literatura feminina de diáspora. In: Assis, Maria Elisabete Arruda de; Santos, Taís Valente dos. (Org.). Memória Feminina: mulheres na história, história de mulheres. 1ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2016

Pobreza, fome e desigualdade social: impactos na educação do Brasil. Disponível em: <https://observatoriodeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/pobreza-fome-e-desigualdade-social-impactos-na-educacao-do-brasil?gclid=CjwKCAjwl6OiBhA2EiwAuUwWZcpYIKCJBTB1mPXgeWTLWnUSrRGEMY0heE0WdSuAbGFK8hRHw_kMHxoC2VQQAvD_BwE>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SANTOS, Joel Rufino dos. Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SOUSA, Germana H. P. D. Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira lata. Vinhedo: Horizonte, 2012.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MAIA, Glauciene da Costa. Feiticeiros Negros no Grão-Pará (1755-1772). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2014.

MEIHY, José C. S. B.; LEVINE, Robert M. Cinderela negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural.
In: NETO, J. F.; DELGADO, L. D. A. N. O tempo da experiência

Submetido em: 10/01/2024
Aprovado em: 17/01/2024